

LESBIANIDADE E PSICOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Joyce Amorim Gonçalves¹

Ana Rosa Rebelo Ferreira de Carvalho²

Resumo: O presente trabalho consiste em uma revisão sistemática que tem por objetivo quantificar e analisar as publicações acerca da lesbianidade na contemporaneidade na área da Psicologia. Os estudos foram identificados através das bases de dados: Scielo, PePSIC e Periódicos CAPES. A revisão evidencia a necessidade de mais estudos na área da Psicologia que considerem as perspectivas das mulheres lésbicas, constatando a escassez de estudos na Psicologia sobre a lesbianidade; mostrando que este é um grupo perpassado por vulnerabilidades e invisibilidade; e apontando a importância de compreender esta população em suas particularidades a fim de entender suas necessidades.

Palavras-chave: lesbianidade; psicologia; lésbicas.

Abstract: This essay consists of a systematic review with the purpose of quantifying and analysing the studies about contemporary lesbianism in the field of Psychology. The studies were identified through the research bases: Scielo, PePSIC e Periódicos CAPES. This revision highlights the need of developing more studies in the field of Psychology that consider lesbians' perspectives, verifying the lack of studies in Psychology about lesbianism; exposing this group as one permeated by vulnerabilities and invisibility; and pointing out the importance of understanding this population in its particularities as a way of understanding its needs.

Keywords: lesbianism; psychology; lesbians.

Introdução

O movimento LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) tem ganhado bastante reconhecimento nos últimos 40 anos, fato bastante notório ao observar-se o aumento desta comunidade nas representações midiáticas – tendo em vista que o ser humano, como ser social, apresenta e representa através da mídia aquilo que é corrente na sua vida e contexto sociopolítico. Este reconhecimento, porém, não veio meramente através da aceitação da sociedade (que é hegemonicamente heteronormativa), mas através da luta constante e diária enfrentada

1 Psicóloga pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: joyce_amorimg@hotmail.com.

2 Mestre em Psicologia Clínica e professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: anarosa.carvalho@bol.com.br.

pelos membros da comunidade LGBT em busca de visibilidade e, principalmente, validação dos seus direitos.

Porém, apesar de toda esta luta histórica por visibilidade e respeito – e as várias conquistas obtidas desde os anos 60, quando os movimentos LGBT tomaram forma e passaram a se destacar na sociedade moderna – o atual reconhecimento dado aos sujeitos LGBT não é inclusivo. Isto significa que, por mais que temas relacionados a esta comunidade estejam em voga na contemporaneidade, não se observa uma sensibilidade de olhar para além do acrônimo e buscar compreender cada um dos grupos que compõem esta sigla em suas diferenças, peculiaridades e demandas – o que resulta em lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros sendo considerados uma unidade só, ignorando os múltiplos fatores que perpassam estas identidades.

Vianna (2015) destaca essa multiplicidade de experiências: “o movimento LGBT recorre a uma rede imensa com diversos protagonistas e posições políticas distintas, aglutinando demandas e reivindicações”. Com isto em mente, percebe-se que é incoerente presumir que a experiência de uma mulher lésbica seja igual à de um homem gay, ou a de uma pessoa bissexual, muito menos à de uma pessoa transgênero (visto que esta é uma orientação de gênero, não uma orientação sexual). A vivência destas pessoas é definida por uma série de variáveis que vão além da exclusão social e do status de minoria compartilhado por elas.

Há, no imaginário comum da sociedade, uma separação entre homossexuais, bissexuais e heterossexuais, se utilizando do termo “homossexuais” para agregar em um mesmo grupo – tanto em produções midiáticas quanto em produções acadêmicas – homens gays e mulheres lésbicas. É bastante comum que se achem estudos cujo tema é a homossexualidade mas que destacam e abordam apenas necessidades relativas aos homens gays, deixando as demandas relacionadas às lésbicas à margem ou até em completa obscuridade. Sobre isto, Ferreira (2015) fala que grande parte dos movimentos que lutam por cidadania e direitos de pessoas com orientações sexuais e/ou identidade de gênero diferentes da norma reduz estas vivências a uma “categoria generalista LGBT, que normalmente leva à invisibilidade das lésbicas”.

Ao priorizar estudar e representar a experiência de homens em detrimento da de mulheres é possível notar como a invisibilidade lésbica é pautada na validação da experiência masculina e da consequente ignorância acerca da experiência feminina. Como Barbosa, *et. al.* (2014) destacam, a invisibilidade lésbica relaciona-se diretamente a outras formas de discriminação, como o machismo e o racismo, tudo isto inserido em uma sociedade histórica e estruturalmente heteronormativa.

Percebe-se que há um desconhecimento generalizado acerca da vivência e das necessidades da população lésbica, bem como uma falta de interesse acadêmico em produzir mais conhecimento acerca desta. Pode-se pensar que isto acontece porque, como se trata de sujeitos “desviantes” às regras de uma socie-

dade inerentemente machista e heteronormativa, falar sobre lesbianidade significa ter que encarar todo o falho e opressor sistema em que se vive.

Ao observar tudo isso fica claro que as mulheres lésbicas, por fazerem parte de duas minorias, são menos vistas e validadas pela sociedade como um todo. Sobre essa invisibilidade da vivência lésbica Rich (1980) fala que não é surpreendente que as lésbicas sejam consideradas um grupo mais escondido do que os gays, mencionando ainda que há uma questão de negligência parcial e até total da existência lésbica mesmo na produção acadêmica feminista.

Nota-se, a partir destas análises, a grande necessidade de abordar a lesbianidade como o mundo de complexidades que ela é, de forma a dissociá-la da homossexualidade masculina e dar espaço para a percepção de seu vasto e único repertório histórico.

A Psicologia, como um instrumento social, também participou ativamente no processo de marginalização da população LGBT. Afirmar isto não é uma mera crítica, visto que, por ser uma ciência criada por seres humanos para seres humanos, a Psicologia age sob os membros de uma sociedade de acordo com o pensamento vigente no momento histórico-social em que ela está inserida – que, em geral, tende a ser o pensamento da maioria.

Nas últimas décadas, porém, a Psicologia tem se tornado cada vez mais uma aliada desta minoria, no sentido de trazer uma nova visão (despatologizante e inclusiva) das pessoas LGBT. Lomando e Wagner (2010) relatam essa mudança de paradigma da Psiquiatria – e, conseqüentemente, da Psicologia – afirmando que o chamado “homossexualismo” havia sido considerado algo sintomático por mais de um século e, em 1973, é retirado da classificação de doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria (APA).

Pensa-se então, que o reconhecimento e a investigação acerca da vivência de cada subgrupo do acrônimo LGBT são papel dos estudos de natureza psicológica, que devem sempre buscar a compreensão e a inclusão de todas as pessoas. Desta forma, se observa como extremamente pertinente o estudo acerca da vivência lésbica – vivência esta que é perpassada por uma junção de opressões, visto que somente o fato de ser mulher já é algo inferiorizado e a exposição da sexualidade é um fator que aumenta ainda mais essa opressão (BARBOSA et. al., 2014).

Além disto, a população lésbica está inserida em um contexto de alta vulnerabilidade e devido a isso sofrem variadas formas de agressões, desde as indiretas como a invisibilidade – que é uma forma de invalidar a existência destes sujeitos e assim expô-los a todas as conseqüências que vêm de não ter sua identidade reconhecida – até à violência, em suas mais diversas formas.

Estas dificuldades são descritas no Dossiê Saúde de Mulheres Lésbicas, publicado em 2006, no qual Facchini e Barbosa observam que a sobrecarga psíquica causada pelo preconceito pode acarretar no uso de substâncias (tanto lícitas

quanto ilícitas), bem como em problemas de ordem afetiva, além de diversos outros tipos de sofrimento mental.

É refletindo sobre todo esse contexto que surgiu o questionamento: Como a Psicologia tem contribuído para a compreensão da lesbianidade? O que a literatura desta área do conhecimento tem falado sobre o tema? E pensando nisto propõe-se o presente estudo, que busca investigar e analisar as publicações acerca da lesbianidade na contemporaneidade na área da Psicologia, através de uma revisão sistemática da literatura dos últimos cinco anos, por acreditar que é de suma importância saber o que a atual literatura desta área tem a dizer sobre o tema escolhido.

O presente trabalho tem como objetivo geral, então, realizar uma revisão sistemática acerca da lesbianidade na contemporaneidade, observando o que existe na literatura da Psicologia acerca desta temática. Os objetivos específicos são: conceituar e descrever a lesbianidade através de um breve compêndio da literatura sobre esta temática; verificar a importância de analisar este tema a partir da Psicologia; quantificar e analisar as publicações acerca da lesbianidade na contemporaneidade na área da Psicologia.

Lesbianidade: Caminhada histórica

É impossível compreender a história de um grupo como algo divorciado do contexto social e da época em que estes estão inseridos, e falar da história de um grupo é falar das memórias coletivas dos membros deste grupo, ou de memórias acerca destes. Halbwachs (2006) define a memória coletiva como o conjunto de lembranças (materiais e imateriais) de indivíduos que se identificam com um grupo, construídas por meio da interação entre estes membros e a partir das formas em que estes percebem e interpretam as suas experiências, pessoais e grupais, dentro deste contexto.

Desta forma, pensa-se que não há história de um grupo se não existe memória coletiva deste; não há história se esta não é contada, se não existem registros ou lembranças acerca dela. Por conta disto, torna-se bastante comum o apagamento da história de diversos grupos minoritários devido à hegemonia da maioria detentora do poder em variadas épocas e contextos sociais, e também à facilidade que estas maiorias têm de impedir que histórias que não a agradem – e/ou ameacem a sua posição social – sejam contadas.

Assim, ao atacar os integrantes de uma minoria, a maioria tem o poder necessário para atacar também a história deste grupo como um todo, relegando-o à margem da sociedade ou até apagando-o completamente da História. Gera-se, então, um círculo vicioso: ao tornar a história de uma minoria desconhecida dificulta-se que outras pessoas se reconheçam como parte deste grupo e, conseqüentemente, desenvolvam uma nova memória coletiva. Ataca-se,

principalmente, a possibilidade de que esta minoria seja conhecida, organizada e engajada politicamente na sociedade.

Foi nesse contexto de invalidação e apagamento que a história LGBT permaneceu por um longo tempo. Longe do imaginário social como algo pertinente, as vidas dos membros desta comunidade passaram grande parte da História relegadas às sombras e margens da sociedade – com estas pessoas tendo suas existências ignoradas e tratadas como tabu, suas experiências tornaram-se invisíveis a um nível macro. Isto impedia também que suas histórias fossem contadas e que uma memória coletiva desta comunidade fosse construída, o que, por sua vez, impossibilitava que houvesse reconhecimento destes sujeitos e de suas necessidades.

O movimento de saída dessas sombras foi fruto de bastante luta por parte da comunidade LGBT, tendo como marco histórico a rebelião de Stonewall, ocorrida no dia 28 de Junho de 1969 nos Estados Unidos, na cidade de Nova York. Nesta data, membros da comunidade que frequentavam um bar chamado Stonewall Inn se revoltaram e entraram em um confronto com a polícia, que frequentemente realizava batidas e revistas humilhantes e agressivas em bares frequentados por esta população, reforçando o preconceito e a marginalização destas pessoas. Após dias de confronto a população LGBT saiu fortalecida pela unificação neste momento de crise e, após este evento, diversas organizações de resistência coletiva surgiram, buscando o reconhecimento de sua existência como sujeitos de direitos e a reivindicação de causas sociais que a afetavam. A partir de Stonewall se instituiu também, mundialmente, o dia do orgulho LGBT.

Sobre o período que seguiu a revolta de Stonewall, Soares (2018), bibliotecário da UFPE e contribuidor da revista Movimento, relata: “Na época, três jornais foram estabelecidos para promover os direitos para gays e lésbicas. No período de alguns anos, várias organizações de direitos gays foram fundadas em todos os Estados Unidos e no resto do mundo”.

Foi a partir desta união da comunidade que se tornou possível a luta por visibilidade e também por direitos, fomentando novas discussões em uma sociedade ainda extremamente conservadora e fechada a todo e qualquer tipo de diversidade que ameaçasse o *status quo*. Soares (2018) descreve ainda como estes movimentos chegaram ao Brasil e tomaram forma, adaptados para a realidade LGBT brasileira, que, comparada com a Estadunidense, era ainda mais opressora e perigosa:

No Brasil, o movimento LGBT começou a se desenvolver a partir da década de 1970, em meio à ditadura civil-militar (1964-1985). A partir desse período, as publicações alternativas LGBTs tiveram um papel fundamental [...]. Em 1981, um grupo de lésbicas fundou o ChanacomChana que era comercializado no Ferro's Bar, na capital paulista. A venda do jornal não era aprovada pelos donos do bar, e

as mulheres foram expulsas. Logo, elas fizeram um ato político, contra a proibição da venda do jornal, e por causa desse manifesto, foi criado o dia da visibilidade lésbica: 29 de agosto de 1996, onde foi realizado o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), na cidade do Rio de Janeiro.

Nota-se nesta fala como, desde o início da luta LGBT, as mulheres lésbicas foram menos reconhecidas, apesar de integrarem as movimentações e lutarem por suas reivindicações ao lado dos seus companheiros gays e bissexuais. Rich (1980) explica isto a partir da ótica do machismo, explicando que, ao serem consideradas versões femininas da homossexualidade, as lésbicas têm sido destituídas de suas histórias e também da sua existência política, não tendo suas narrativas e experiências observadas em sua totalidade: “equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez”.

Analisando o machismo e o seu papel na inferiorização da narrativa e experiência feminina, Drumond (1980) aponta como este compõe um sistema naturalizado de representações dominadoras, pautada em uma hierarquização dos sexos, na qual o masculino é o dominante e o feminino o dominado. Assim, esse sistema estabelece uma relação de poder que é mantida e reproduzida, tanto social quanto culturalmente, deixando a mulher em um lugar de subordinação por representar a chamada “linguagem feminina” (aquilo que é fruto da experiência das mulheres), como naturalmente inferior à masculina.

Barbosa et. al. (2014) colaboram para este tema apontando que o papel social da mulher tem sido percebido como historicamente inferior e o impacto direto que esta posição de subalternidade tem no que diz respeito à sexualidade feminina:

“desde os primórdios, no surgimento da propriedade privada, a sexualidade da mulher, bem como a sua reprodução, vem sendo brutalmente controlada”.

Estes autores concluem, então, que a invisibilidade lésbica está profundamente enraizada em uma sociedade “estruturalmente heteronormativa” que por sua vez é enraizada no machismo como sistema vigente.

Levando tudo isto em consideração, se percebe que tentar conhecer a historicidade das mulheres lésbicas é deparar-se com diversas lacunas, sendo estas causadas tanto por perdas históricas devido ao tempo, quanto por invisibilidade e apagamento de suas narrativas. Soares e Costa (2011) falam sobre esta história:

A história da lesbianidade é uma história clandestina, ignorada e marcada por invisibilidades, contradições e discordâncias entre as historiadoras que assumiram a tarefa de recuperar seus fragmentos. Conta-se com insuficiente disponibilidade

de fontes de documentação que confirmem as relações amorosas e sexuais entre mulheres (p.25).

Sobre o uso do termo “lesbianidade” explica-se aqui que este foi um termo inicialmente cunhado pelos movimentos lésbicos brasileiros, em contraponto ao termo até então usado “lesbianismo”, que abria espaço para uma interpretação no campo do patológico. Toledo e Filho (2010) foram uns dos autores a reiterar o uso deste termo, utilizando-se dele, porém, no plural, explicando que o termo “lesbianidade (s)” funciona a fim de “nomear processos de subjetivação relativos à orientação sexual e identidades política, sexual e de gênero de mulheres com relações/práticas homoeróticas que se auto atribuem [sic] o nome lésbica”, sendo usado por eles no plural para determinar as múltiplas possibilidades de vivência da relação entre duas mulheres. No presente trabalho optou-se pelo uso do termo no singular, visto que este é mais amplamente utilizado.

Buscar compreender estes relacionamentos significa embarcar em uma jornada que, inevitavelmente, traz à tona o desconhecimento que existe de como as mulheres lésbicas experienciam sua sexualidade, bem como os contextos de vulnerabilidade no qual estas mulheres estão inseridas e, por consequência, as necessidades desta população. Almeida e Heilborn (2008) explicam como a identidade lésbica é construída em meio de variadas adversidades, tais como “expulsão de casa, rejeição pela família de origem, adiamento de projetos de carreira profissional e a luta contínua pela afirmação de direitos”.

Barbosa et. al. (2014) relatam estas dificuldades encontradas explicitando que para as mulheres lésbicas fica bastante clara a dimensão das opressões que enfrentam por se encontrarem em um ponto de interseccionalidade de opressões, ou seja, são sujeitos perpassados por “violências que estão entrelaçadas e se forjam umas nas outras e que marginalizam estas pessoas por fugirem do padrão”.

São notórias as consequências da marginalização da lesbianidade, principalmente no aspecto da saúde, sendo possível observar bastantes lacunas também nos estudos desta área. Sobre estas, Carvalho et. al. (2013) ressaltam que apesar do atual crescimento da visibilidade LGBT as dificuldades e silenciamentos ainda perduram, trazendo reflexos diretos no acesso à saúde das lésbicas, assim como na investigação das demandas de saúde destas, visto que grande parte das pesquisas internacionais sobre a temática ainda tem como foco as patologias e o comportamento.

Se já é difícil falar de saúde lésbica, quando se toma como ponto de investigação a saúde mental tornam-se ainda mais escassas as produções acadêmicas e, por encontrarem-se presas neste contexto limitante e marcado pela violência gerada pela invisibilidade social, as mulheres lésbicas afastam-se cada vez mais de uma vivência saudável. A autora Adrienne Rich explica como a existência lésbica é perpassada por vulnerabilidades, assim como as consequências que estas têm

para a saúde das mulheres lésbicas:

“[esta vivência] inclui, certamente, isolamento, ódio pessoal, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres. Ao nosso próprio risco, romantizamos o que significa amar e agir contra a corrente sob a ameaça de pesadas penalidades” (1980, p.36).

Analisando estas demandas concebeu-se a ideia de investigar o que a literatura recente na área da Psicologia tem falado sobre a temática da lesbianidade, por acreditar-se que a leitura desta área do conhecimento fornece subsídios para uma maior compreensão da experiência de vida destas mulheres, em suas dificuldades e potencialidades, de forma a tornar possível que sejam feitas elucidações acerca das complexidades e necessidades desta população, fornecendo, além disto, uma contribuição para o aumento na literatura acerca desta temática.

Psicologia: Contribuições para a compreensão da lesbianidade

A Psicologia tem se solidificado como uma das mais influentes ciências da atualidade, com o seu conhecimento e aplicação expandindo-se para as mais diversas áreas. É difícil, se não impossível, encontrar atualmente uma área do conhecimento que não tenha sido explorada também pelo ângulo dos processos psicológicos e do comportamento, mostrando que a Psicologia da contemporaneidade atravessa as paredes do consultório clínico e busca cada vez mais aproximar-se de seu objeto de estudo: o ser humano.

Um dos diferenciais da Psicologia é a possibilidade de se fazer ciência através de várias perspectivas, visto que dentro dela existe uma multiplicidade de olhares e áreas a explorar e a analisar, formulando-se variadas maneiras de se pensar sobre como o ser humano se constitui e vivencia sua realidade. Esta pluralidade abre portas para que a Psicologia, que inicialmente surge em meios elitistas e com enfoque clínico, se expanda pelo mundo e se torne cada vez mais entrelaçada ao crescimento cultural e o desenvolvimento tecnológico, tornando-se forte aliada na construção e compreensão da sociedade contemporânea. Pensa-se, assim, que a produção da Psicologia, bem como seu estudo e aplicação, é indissociável do contexto social no qual ela está inserida, visto que esta ciência está intrinsecamente imersa no meio do qual ela surge.

É essencial, então, que a Psicologia tenha um compromisso com a realidade social que a dá origem, de forma a não só investigar como esta realidade se constitui, mas também atuar diretamente sob esta, de forma a beneficiar aqueles que fazem parte dela. Uma das grandes autoras da Psicologia Social brasileira, Sílvia Lane afirma: “O ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão

distorcida (ideológica) de seu comportamento” (LANE, 1984, p. 12).

Com esta fala a autora enfatiza a necessidade de que a ciência psicológica se construa de forma a compreender e representar a dimensão social na qual ela está imersa, e que ignorar estes aspectos significaria ter um olhar enviesado, arriscando colocar teorias e ideologias acima do entendimento do ser humano como ele realmente é, com seu senso de historicidade e comunidade. Pode-se depreender isto também a partir da conclusão de Abib (2009): “O que se pode dizer, sob essa ótica, é que a elucidação do projeto científico da psicologia se faz à luz de sua constituição histórica”.

Tomando como base a noção de que a Psicologia se dá através da interpretação do momento sócio histórico e das correntes de pensamento vigentes, se conclui também que a prática profissional, pautada em teorias e crenças, não é apartada do período no qual esta se insere (SCLIAR, 2007). Desta forma, não só o saber psicológico seguirá o discurso aceito da época, mas também o fazer do psicólogo terá como guia as ideias em voga socialmente. Assim, não se pode tomar um conhecimento como natural ou absoluto, visto que este será flexível e passível de mudança na medida em que novas descobertas e novas ideologias vão surgindo.

Um grande exemplo disto é a abordagem que a Psicologia tem tido acerca da temática da homossexualidade desde que se instituiu como ciência: inicialmente condenou o sujeito homossexual, oferecendo “tratamentos” que visavam extirpar estas pessoas de suas “tendências” homossexuais, acreditando que uma vivência saudável era necessariamente uma vivência heterossexual. Fruto do seu meio, a Psicologia compartilhava da mesma visão negativa acerca da comunidade LGBT que a sociedade no período, e esta construção social punitiva se refletia nas ciências, em especial nas ciências da saúde. Lomando e Wagner (2010) observam sobre isto que: “A primeira forma de categorizar e ‘sujeitar’ homens e mulheres que têm seu afeto e sua sexualidades voltadas para pessoas do mesmo sexo foi médico-psiquiátrica”, o que abriu espaço para que as ciências psicológicas corroborassem esta visão.

A mudança de paradigma ocorre apenas quando, após muita luta organizada, a comunidade LGBT passa a tornar-se mais visível e exigir seus direitos, engajando-se também na produção de conteúdo científico. Quando a sociedade moderna passa a abrir espaço para a aceitação as ciências se mobilizam para fazer o mesmo, rompendo com ideias punitivas e curativas, buscando agora compreender esses sujeitos em sua totalidade.

Sobre a história da despatologização das sexualidades diferentes da heterossexual, Laurenti escreveu em seu editorial acerca do tema:

“O homossexualismo [sic] passou a existir na CID a partir da 6ª Revisão (1948), na categoria 320 Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 Desvio Sexual. Manteve-se assim a 7ª Revisão (1955), e na 8ª

Revisão (1965) o homossexualismo saiu da categoria "Personalidade Patológica" ficou na categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" (código 302), sendo que a sub-categoria específica passou a 302.0 – Homossexualismo" (1984, p.344).

Herek (2000) relata que a American Psychiatric Association (APA), referência mundial em Psiquiatria, só remove a homossexualidade da lista oficial de transtornos mentais em 1973; já a Organização Mundial da Saúde (OMS) só se dispõe a fazer o mesmo em 1992. No Brasil, é somente em 1985 que o Conselho Federal de Medicina deixa de ver a homossexualidade como patologia mental. Já no campo da Psicologia a demora é ainda mais longa: apenas em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se pronuncia oficialmente sobre a homossexualidade, estabelecendo normas de atuação para os psicólogos no que diz respeito à orientação sexual:

"Considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão (...) os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas, (...) não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, (...) não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades" (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

É aqui que o amor por pessoas do mesmo gênero deixa de ser visto como um sintoma, uma doença, e passa a ser visto como apenas mais uma forma de expressão de afeto entre seres humanos; este fato é observável pela retirada do sufixo -ISMO (que denota, no meio médico, algo patológico) e a mudança do termo para "homossexualidade" (utilizando-se do sufixo -(i)DADE, que, de acordo com Araújo (2012) representa "neutralidade e característica de condição do ser").

É importante, porém, destacar que apesar desta mudança, o uso do termo "lesbianismo" ainda perdura, com diversas publicações acadêmicas – algumas inclusive recentes – ainda se utilizando do termo. Até então não são numerosos os trabalhos que se referem ao amor entre mulheres como "lesbianidade" o que, mais uma vez, demonstra como o modo em que lésbicas e gays são falados sobre é diferente. O termo "lesbianidade" somente surge e ganha destaque através da mobilização de lésbicas brasileiras, "que chamam atenção para o caráter patologizante de termos como lesbianismo" (BORGES, 2008).

É a partir desta mudança estabelecida pela APA que se abrem as portas para produções acadêmicas – não só no âmbito da Psiquiatria e da Psicologia, mas em todas as áreas das ciências – que de fato buscassem compreender a população LGBT e atender às suas demandas, em vez de meramente classificá-la e buscar "corrigi-la".

Ainda se percebem, porém, lacunas na produção da Psicologia quando o tema é a homossexualidade feminina, sendo bastante fácil notar como a experiência feminina continua sendo preterida em relação à masculina. Desde o início da história da Psicologia como ciência ficou claro que a forma que a sexualidade feminina é abordada tendia a ter foco na patologização e invisibilidade, visto que a maioria das produções psicológicas sobre a sexualidade na era moderna foi diretamente influenciada pelas ciências médicas, que davam destaque aos aspectos descritivos dos comportamentos sexuais e buscavam, em suas conclusões, estabelecer normas e disciplinas acerca da conduta sexual “adequada” (BORGES *et. al*, 2013).

A Psicologia também se inseriu neste discurso médico normativo e controlador acerca do corpo e da sexualidade feminina, o que dificultou mais ainda que aquelas mulheres que desviassem da heterossexualidade fossem reconhecidas e tratadas com dignidade. A dificuldade de compreensão acerca da sexualidade feminina aliou-se ao preconceito em relação à homossexualidade, resultando em um contexto ainda mais complicado e ameaçador para as mulheres que se identificavam como lésbicas. Rich (1980, p. 15) destaca que “[...] a existência lésbica tem sido apagada da história ou catalogada como doença, em parte porque tem sido tratada como algo excepcional, mais do que intrínseco”.

Borges *et. al.* (2013) destacam como o papel da Psicologia para a construção de conhecimentos acerca da temática da sexualidade é bastante influente, tendo um forte impacto em como os sujeitos desviantes da norma heterossexual são vistos e aceitos pela sociedade como um todo: “[nas abordagens psicológicas] articulam-se e arbitram-se possibilidades de existência e marcações de diferenças, controlando corpos, prazeres, desejos e relações, legitimando assimetrias e desigualdades”.

É analisando toda esta perspectiva histórico-científica que se percebe a importância de investigar a visão da Psicologia acerca da comunidade LGBT, em especial das mulheres que se identificam como lésbicas, ao ter em mente que, por estar à margem dos padrões sociais, esta população sofre uma interseccionalidade de preconceitos que afetam diretamente sua saúde mental, carregando um fardo “moral e psíquico extremamente difícil” (COSTA, 1992). Além disto, é sine qua non que esta averiguação seja feita na esfera científica, dado que muito se fala na mídia e no popular sobre estas mulheres, mas é apenas seguindo critérios científicos que se pode produzir conhecimento fidedigno e validado.

Método

A pesquisa realizada foi do tipo Revisão Sistemática, um tipo de pesquisa que consiste em sintetizar as informações disponíveis na literatura em certo período, utilizando-se do método científico para explorar uma problemática específica. Nesta, investiga-se o material disponível a partir de critérios de inclusão e exclusão selecionados previamente de acordo com o problema em mãos, avalia-se

também a qualidade metodológica do material encontrado, relatando os achados e a importância destes (LIMA et. al.,2000).

Trata-se também de uma pesquisa exploratória, uma vez que a presente pesquisa dedica-se a investigar e descrever o que existe na atual literatura sobre um fenômeno pouco elucidado, em uma área específica do conhecimento – a escolhida aqui foi a Psicologia. De acordo com Gil (2008) as pesquisas exploratórias são realizadas tendo como alvo propiciar um panorama acerca de um fato selecionado, de modo a aproximar o pesquisador e o leitor deste fato.

Destaca-se também que este tipo de pesquisa é realizado principalmente quando a temática escolhida tem sido pouco explorada, de forma que ainda não há base suficiente para formular hipóteses acuradas sobre esta. Logo, as pesquisas exploratórias buscam ampliar, clarificar e transformar concepções e pensamentos, dando margem para posteriores estudos.

Para a coleta dos dados foram utilizadas bases de dados consagradas pela literatura da área: O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); O Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). As bases de dados selecionadas foram escolhidas em acordo com a relevância para a área trabalhada nesta pesquisa, considerando as de maior destaque e influência.

A partir disso, articularam-se os descritores, nesta ordem:

- “Lesbianidade” e “Psicologia”;
- “Lésbicas” e “Psicologia”.

Os critérios de inclusão e exclusão selecionados foram os seguintes:

Inclusão

Artigos publicados nos últimos cinco anos e artigos considerados como referência nesse estudo.

Exclusão

Fazer parte de outras áreas do saber que não o da Psicologia, ter sido escrito em sua totalidade por autores de outras áreas, possuir texto incompleto ou apenas resumo, e não ter o formato de artigo científico (ex.: livros e resenhas de livros).

O procedimento de coleta e análise de dados foi desenvolvido em quatro etapas:

Primeira Etapa: Identificação e seleção dos documentos em acordo com os seguintes descritores: Lesbianidade, lésbicas e Psicologia.

Segunda Etapa: Definição da quantidade e qualidade de artigos válidos para o presente estudo. Foram selecionados os documentos considerados mais relevantes para as finalidades desse estudo. A relevância considerou:

- 1) Aproximação com o tema;
- 2) Aproximação da área do saber da Psicologia;
- 3) Ser fruto do trabalho de, pelo menos, um autor da área da Psicologia.

Terceira etapa: Leitura dos documentos coletados, iniciando-se com uma leitura superficial dos resumos a fim de filtrá-los e, em seguida, realização de uma leitura completa do material selecionado.

Quarta etapa: Análise do material coletado e categorização dos temas encontrados, organizando o material por temas em comum.

Os dados foram coletados no período de novembro a dezembro de 2018.

A análise de dados seguiu uma abordagem qualitativa, discutindo os dados de forma descritiva e caracterizando-os de acordo com a análise da literatura da área. Hoefelmann et. al. (2012) identificaram que a revisão sistemática qualitativa consiste em uma síntese rigorosa de pesquisas referentes à questão levantada no estudo, incluindo, além disto, a interpretação dos dados levantados – de forma que não se utiliza de análise estatística, direcionando-se a uma compilação dos resultados das pesquisas selecionadas. Objetiva-se com o uso da revisão sistemática qualitativa observar e analisar as diferenças e similaridades pertinentes nos estudos da literatura escolhida, contribuindo para esclarecimentos sobre a temática, bem como expandir e aprimorar as possibilidades de futuros estudos.

O processo de revisão sistemática dos dados seguiu a proposta da pesquisadora Catherine Francis-Baldesari, do Cochrane Centre do Reino Unido (2006), e consiste em uma meta-síntese, que é um processo de análise qualitativa cujo objetivo é integrar dados para alcançar um novo nível conceitual ou teórico de compreensão e desenvolvimento do conhecimento, proporcionando futuras novas interpretações (THORNE et. al., 2004).

As etapas propostas por Francis-Baldesari são as seguintes:

1. Identificação do objetivo do estudo e o interesse intelectual sobre ele. O objetivo deriva-se da pergunta ou temática que norteia a pesquisa. O interesse intelectual, por sua vez, diz respeito à importância e relevância da temática, a fim de justificar a necessidade de integrarem-se os dados acerca do tema escolhido.

2. Determinação de que material é relevante de acordo com a proposta do estudo, se derivando disto os critérios primários de inclusão; esta determinação é feita através de uma longa e coerente coleta de dados.

3. Leitura dos estudos selecionados, que deverão ser lidos e relidos na medida em que a síntese se desenvolve, a fim de checar metáforas e interpretações relevantes.

4. Determinação da relação entre os estudos, justapondo-os e avaliando como conceitos apresentados no material relacionam-se entre si. Esta fase se

completa quando é possível supor uma relação entre as pesquisas selecionadas.

5. Tradução, que consiste em relacionar os termos e conteúdos de um estudo com os de outro, de forma a elaborar apreciações novas que se associem ao conjunto dos resultados, preservando o contexto original em que estas questões surgiram.

6. Elaboração de uma síntese destas traduções realizadas, derivando desta uma elucidação que seja equivalente aos conteúdos relacionados em todos os estudos selecionados.

7. Exposição destas conclusões resultantes do processo inteiro de meta-síntese, explanando estas de forma clara, transparente, concisa e direta, a fim de alcançar a compreensão do público-alvo

Resultados e Discussão

Identificou-se mediante a busca inicial nas bases de dados um total de 121 estudos, definidos da seguinte forma: CAPES: 97; SciELO: 12; PePSIC: 12. Após a leitura do material coletado aplicaram-se os critérios de inclusão e exclusão, chegando aos seguintes dados: artigos escritos há mais de 5 anos (n= 7); artigos duplicados (n = 2); artigos de outras áreas do conhecimento que não a da Psicologia (n= 44); artigos que não representavam a temática da lesbianidade (n=40); estudos em outros formatos (n=6); estudos com textos incompletos e/ou inacessíveis nas bases de dados (n=8). Restaram, por fim, 14 trabalhos que atendiam aos critérios de inclusão previamente delimitados; estes foram os analisados para a construção do resultado do atual estudo.

No que se refere à quantidade de publicações observa-se que, apesar dos caminhos traçados até então em busca de visibilidade, o interesse científico acerca da temática da lesbianidade no campo da Psicologia não vem acontecendo de forma expressiva.

Ao utilizar o descritor “lesbianidade” associado ao descritor “psicologia” obtiveram-se apenas 5 artigos nas três bases pesquisadas, sendo 3 dos 5 trabalhos encontrados publicados há mais de cinco anos, um deles não pertencente à área da Psicologia e outro que não se aproximava da temática definida, fazendo apenas menção ao termo lesbianidade. Esta escassez pode ser justificada pelo fato de o termo “lesbianidade” ser bastante recente e talvez ainda um pouco desconhecido no meio acadêmico, visto que este foi cunhado pelos movimentos lésbicos brasileiros “como crítica ao termo lesbianismo, que, devido ao uso do sufixo ISMO, tem caráter patologizante” (TOLEDO, 2010).

Porém, ao utilizar-se o descritor “lésbicas” associado ao descritor “psicologia”, apesar de o contingente de pesquisas disponíveis aumentar, ainda assim observaram-se ausências marcantes, visto que dos 116 artigos restantes mais da metade não abordava de fato a temática proposta e também não fazia parte da área Psicologia. Além disto, 2 dos artigos encontrados foram escritos em espanhol, e 2

em inglês. Destaca-se também que 4 dos artigos são de Portugal, 1 do Chile e 1 do México.

Na atual pesquisa, reflete-se sobre isto observando que no material aqui coletado e analisado as temáticas mais presentes foram a homofobia/atitude perante pessoas homossexuais (PERUCCHI *et. al.*, 2014; GATO *et. al.*, 2015; GATO *et. al.*, 2014), a homoparentalidade – situação em que os membros de um casal do mesmo sexo tornam-se pais de um ou mais filhos (LIRA *et. al.*, 2016; COSTA, 2013), visão e atuação dos profissionais de saúde sobre a população lésbica (DE OLIVEIRA *et. al.*, 2014; PINTO *et. al.*, 2016) e a violência conjugal (RONZÓN-TIRADO *et. al.*, 2017; GOMEZ OJEDA *et. al.*, 2017). Destes, é notável como todos se orientam de modo a englobar a experiência lésbica dentro do rótulo “homossexualidade”; não analisando, desta forma, a lesbianidade em seus detalhes e particularidades.

Percebe-se aqui que mais uma vez a literatura peca ao agrupar mulheres lésbicas e homens gays, abrindo espaço para que haja uma generalização destas duas populações e, conseqüentemente, o desconhecimento acerca das necessidades particulares de cada um. Ferreira (2015) ressalta nesta vertente de pensamento que as questões específicas relacionadas à lesbianidade dificilmente são colocadas em evidência igual às questões relacionadas com os gays, perpetuando o ciclo da desinformação.

Diante dos dados coletados, observou-se que a maior parte das pesquisas sobre lésbicas na área da Psicologia não se dedicou diretamente a esta população: das 14 pesquisas aqui analisadas apenas 5 têm total ênfase nesta população, sendo destes 5: 2 sobre homoparentalidade (LIRA *et al.*, 2016 e SANTOS e GOMES, 2016), 2 sobre saúde da população lésbica (CARVALHO *et. al.*, 2013 e MARQUES *et. al.*, 2013) e 1 sobre a experiência do luto na viuvez (ARIMA e FREITAS, 2017).

O desconhecimento acerca do universo lésbico e suas especificidades foi um tema bastante considerado dentre os trabalhos encontrados, e diversos autores realçaram a variedade de obstáculos para a compreensão deste universo, em especial quando se trata do contexto da área da saúde. Staley *et. al.* (2001) concluíram em seus estudos que a falta de reconhecimento e a heteronormatividade na área da saúde força as mulheres LBT (lésbicas, bissexuais e transgênero) a esconderem suas identidades, o que resulta em falhas na obtenção de informações acerca de suas condições de saúde, o que, por sua vez, afeta diretamente na qualidade do cuidado que estas mulheres recebem.

Mas não é somente a falta de reconhecimento que acarreta em dificuldades no acesso à saúde das mulheres lésbicas, além disto, há também a falta de preparo e treinamento acerca das problemáticas de saúde de minorias sexuais na formação dos profissionais de saúde, o que mostra uma necessidade crucial em desenvolver-se treinamento de forma desprovida de preconceitos a fim de

alcançar o acesso igualitário e de qualidade à saúde (DE OLIVEIRA *et. al.*, 2014; CARVALHO *et. al.*, 2013; MARQUES *et. al.*, 2013). Esta necessidade de um olhar destituído de discriminação é corroborada por Peterkin e Risdon (2003), que perceberam em seus estudos que os fatores de risco para a saúde da população LGBT estavam mais relacionados aos preconceitos presentes na sociedade do que às questões relacionadas às suas identidades sexuais.

Ainda na temática da desinformação acerca da lesbianidade, é notório o papel da invisibilidade na manutenção destas lacunas, uma vez que, como Navarro-Swain (2000) explica, o modelo patriarcal (e machista) promoveu a visibilidade e o destaque para a experiência do masculino, renegando o papel feminino e, em consequência disto, obscurecendo as vivências afetivo-sexual que rejeitavam a presença masculina. Articulando a questão da invisibilidade com a questão do cuidado em saúde, De Oliveira *et. al.* (2014) falam que as lésbicas são particularmente vulneráveis a sofrer discriminações neste âmbito, devido ao machismo e à invisibilidade lésbica na sociedade. Ferreira (2015, p. 8) fala ainda que as dinâmicas da sexualidade lésbica têm estado “quase totalmente ausentes do debate público e das campanhas sobre a saúde sexual, reforçando uma perspectiva heterossexista e masculinizada da sexualidade humana”.

A Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) da União Europeia enfatiza os efeitos da invisibilidade lésbica em seu relatório de 2009, relatando que “a invisibilidade das lésbicas é simultaneamente uma causa e uma consequência das desigualdades nas suas vidas diárias” (p. 27). Sobre desigualdades e preconceito, observou-se durante as análises realizadas no presente estudo que há uma ênfase muito marcada na temática da homofobia e da violência sofrida pela população LGBT e, em consonância com o foco desta pesquisa, pelas mulheres lésbicas.

Observou-se que dos 14 artigos analisados para a construção do presente trabalho todos apresentavam as palavras “homofobia”, ou “preconceito”, ou também “discriminação”, de forma que se torna claro que a existência lésbica é perpassada por questões de violência, seja esta direta ou indireta. Enquanto pensa-se que falar sobre a discriminação sofrida por este público é extremamente importante, reflete-se aqui também como a ênfase nestes processos pode ser limitante, visto que ao tomar como ponto central o preconceito e a reação da sociedade à lesbianidade tira-se o foco das mulheres que constituem este grupo, correndo o risco de ponderar apenas sobre um aspecto da experiência da lesbianidade e ignorar a multiplicidade de aspectos que perpassam a existência lésbica.

Nesta linha de pensamento, Carvalho *et. al.* (2013) questionam se a forma que a busca pela visibilidade da experiência lésbica tem ocorrido potencializa a expressão das subjetividades destas mulheres dentro do dispositivo do machismo ou se apenas reforçam o apagamento e a submissão histórica enfrentadas por elas.

Examinando todos estes resultados pode se considerar que, sendo a área da Psicologia uma de saberes múltiplos, existem bastantes vazios no que diz respeito aos aspectos chave para a compreensão da vivência lésbica e dos aspectos psico-

lógicos que a perpassam. Avalia-se, então, que muito se fala sobre noções que permeiam a lesbianidade, mas pouco se explora como de fato esta se dá, buscando compreendê-la de dentro, a partir do modo como esta é vivida e percebida. Lane (1981, p.70) ressalta que “cada grupo desenvolve um processo próprio, em função das suas condições reais de vida e das características peculiares dos indivíduos envolvidos”, por isso é de suma importância conhecer as condições de vida a fim de compreender o processo e a vivência da população lésbica.

É preciso não apenas pensar com base nos saberes da Psicologia sobre a temática da lesbianidade, mas contemplar de que forma se pode abordá-la a fim de priorizar a experiência e a subjetividade desta população ostensivamente rechaçada e invisibilizada socialmente.

Considerações Finais

O presente estudo buscou, portanto, identificar e avaliar a produção científica acerca da lesbianidade na contemporaneidade a partir da visão da Psicologia, utilizando-se de uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional, considerando três bases de dados de destaque na área, no período de 2013 a 2018, oferecendo um panorama atual das produções científicas acerca da temática escolhida.

Conclui-se aqui que, apesar da pequena quantidade de produções encontradas, há um avanço na literatura sobre a lesbianidade, sendo isto perceptível pelo fato de que nenhuma das produções apresentou vieses nem reforçou estereótipos, algo que era bastante presente na literatura até pouco tempo atrás, principalmente na área da Psicologia.

É necessário destacar, entretanto, as lacunas que ainda existem acerca deste tema, observando que apesar da histórica mudança de paradigma da Psicologia acerca da comunidade LGBT ainda há um grande desconhecimento sobre a lesbianidade – em especial sobre a vivência das mulheres lésbicas – e pouco material desta área voltado à compreensão desta população, sendo ainda mais escassas as produções que priorizem a subjetividade, experiência e a saúde mental, três aspectos de suma importância na área da Psicologia, e para o entendimento biopsicossocial de um indivíduo.

A despeito da despatologização da homossexualidade, “o preconceito e a invisibilidade lésbica estão engendrados ideologicamente na sociedade” (BARBOSA et. al., 2014). É considerando estas dificuldades ainda presentes que se enfatiza o papel da Psicologia como produtora de saberes, formadora de opinião e ciência social, podendo aqui atuar no sentido de modificar esta realidade a partir da investigação da lesbianidade como existência e resistência em uma sociedade predominantemente machista e lesbofóbica. Pode-se aqui afirmar este papel da Psicologia através da fala de Lane (1984), quando a autora explica que o significa-

do da existência e da ação grupal só pode ser compreendido através da exploração das concepções históricas que considerem a inserção desse grupo na sociedade, com suas determinações ideológicas, institucionais e econômicas.

Como uma ciência de amplo escopo, a Psicologia pode atravessar as barreiras do preconceito histórico e do estigma social com intenção de explorar esta temática de forma mais profunda e contextualizada, dando ênfase em especial à experiência deste grupo e às produções subjetivas destas mulheres.

Assim como Godoy (2008) reconhece e evidencia, estudar as vivências e experiências em relação à sexualidade é uma forma de fornecer subsídios para o questionamento do atual modelo hegemônico de sexualidade, que prioriza a heterossexualidade em detrimento das outras variedades sexuais e, por consequência, obscurecem as existências das pessoas que não se encaixam no modelo.

Como uma das entrevistadas por Barbosa *et. al.* (2014) destacaram: “a invisibilidade leva você a não existir, a não fazer o que gosta, de não ter um projeto de vida”. Desta forma evidencia-se que o presente artigo objetivou ser mais um passo na jornada de tirar a lesbianidade da invisibilidade, fornecendo também subsídios para que outros autores desenvolvam estudos posteriores sobre esta temática; possibilitando, desta forma, que a população lésbica saia da margem e seja contemplada em suas necessidades e potencialidades.

Referências

AABIB, J. A. D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Sci. stud.**, v. 7, n. 2, 2009.

ALMEIDA, G.S. de; HEILBORN, M. L. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, 2008.

ARIMA, A. C., FREITAS, J. de L. O Luto Velado: A Experiência de Viúvas Lésbicas em uma Perspectiva Fenomenológico-Existencial. **Trends Psychol.**, v. 25, n. 4, 2017.

ARAÚJO, S. E. S. **Sufixos –ismo e –(i)dade: semântica e produtividade**. 2012. Monografia (Graduação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

BARBOSA, B. R. S., NASCIMENTO, E. T. e CAVALCANTE, E. T. Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In: 18º REDOR, 2014, Recife. **Anais**. Recife: REDOR, 2014.

BORGES, L. **Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidades de legitimação e de transgressão**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

BORGES, L. S., CANUTO, A. de A. A., OLIVEIRA, D. P. de, VAZ, R. P. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicol. cienc. prof.**, v. 33, n. 3, 2013.

CARVALHO, C. S., CALDERARO, F., SOUZA, S. J. O dispositivo “saúde de mulheres lésbicas”: (in)visibilidade e direitos. **Rev. Psicol. Polít.**, v. 13, n. 26, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001 de 22 de março de 1999**. Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, 1999.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, P. A., CALDEIRA, S., FERNANDES, I., RITA, C., PEREIRA, H., LEAL, I. Atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 26, n. 4, 2013.

DE OLIVEIRA, J. M., ALMEIDA, M. J., & NOGUEIRA, C. Exploring medical personnel’s discourses on the sexual health of lesbian and bisexual women in Greater Lisbon, Portugal. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 23, n. 2, 2014.

DRUMOND, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, v. 3, 1980.

FACCHINI R.; BARBOSA R. M. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade**. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Belo Horizonte (MG): Rede Feminista de Saúde; 2006.

FERREIRA, E. Visibilidade lésbica e cidadania sexual. In Eduarda Ferreira; Isabel Ventura; Luísa Rego; Manuela Tavares; Maria Antónia Pires de Almeida (Eds.) **Percursos Feministas: Desafiar Os Tempos**, e-Book. Lisboa: UMAR/Universidade Feminista, 2015.

FRANCIS-BALDESARI, C. **Systematic reviews of qualitative literature** [Internet]. 2006.

Disponível em: <http://www.dcu.ie/cochrane/presentations/FrancisBaldesari_06.pdf>. Acesso em: 01 de Novembro de 2018.

FRA - European Union Agency for Fundamental Rights. **Homophobia and discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in the EU member states**. Wien, European Union Agency for Fundamental Rights, 2009.

GATO, J., FONTAINE, A. M., LEME, V. B. R., LEME, A. A. Homofobia transatlântica: preconceito contra lésbicas e gays em Portugal e no Brasil. **Temas**

Psicol., v. 23, n. 3, 2015.

----- . Validação e Adaptação Transcultural da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 27, n. 2, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, R. M. Modos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. In Lago, M. C.; Tóneli, M. J.; Beiras, A.; Vavassori, M. B. & Muller, R. C. (Orgs.). **Gênero e pesquisa em psicologia social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GÓMEZ OJEDA, F., BARRIENTOS DELGADO, J., GUZMÁN GONZÁLES, M., CÁRDENAS CASTRO, M., BAHAMONDES CORREA, J. Violencia de pareja en hombres gay y mujeres lesbianas chilenas: Un estudio exploratorio. **Interdisciplinaria, Ciudad Autónoma de Buenos Aires**, v. 34, n. 1, 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006

HEREK, G. M. Homosexuality. In A. E. Kazdin (Ed.), **Encyclopedia of psychology**. Washington, DC: American Psychological Association, 2000.

HOEFELMANN, C. P., SANTOS, T. C., MORETTI-PIRES, R. O. Revisões de artigos qualitativos por meta-síntese. In: SARAY, G. D.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e técnicas de Pesquisa Quantitativa Aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.

LANE, S. T. M. Uma análise do processo grupal. **Cadernos PUC**, São Paulo, v. 11, 1981.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M. Diálogos: Uma psicologia para transformar a sociedade [Entrevista]. **PSI Jornal de Psicologia**, São Paulo, v. 18, n. 122, 2001.

LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 5, 1984.

LIMA, M.S. de, SOARES, B. G.O., BACALTCHUK, J. **Psiquiatria baseada em evidências**. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v. 22, n. 3, 2000.

LIRA, A. N. de, MORAIS, N. A. de. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. **Temas Psicol.**, v. 24, n. 3, 2016.

LIRA, A. N. de, MORAIS, N. A. de, BORIS, G. D. J. B. Concepções e Modos de Viver em Família: A perspectiva de Mulheres Lésbicas que Têm Filhos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 32, n. 4, 2016.

LOMANDO, E., WAGNER, A. Reflexões sobre Termos e Conceitos das Relações entre Pessoas do Mesmo Sexo. **Revista Sociais e Humanas**, v. 22, n. 2, 2010.

MARQUES, A. M., OLIVEIRA, J. M., NOGUEIRA, C. A população lésbica em estudos da saúde: contributos para uma reflexão crítica. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 18, n. 7, 2013.

NAVARRO-SWAIN, T. **O Que É Lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
PERUCCHI, J., BRANDAO, B. C., VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estud. psicol.*, v. 19, n. 1, 2014 .

PETERKIN, A., RISDON, C. **Caring for lesbian and gay people: A clinical guide**. Toronto, Canada: University Press, 2003.

PINTO, D., NOGUEIRA, C. Portuguese nursing students' attitudes towards lesbians: from prejudice to recommendations for change. **Temas psicol.**, v. 24, n. 3, 2016 .

RICH, A. C. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian**. Existence (1980), 2003. *Journal of Women's History* 15(3), 11-48. Johns Hopkins University Press. Retrieved November 06, 2018, from Project MUSE database.

RONZÓN-TIRADO, R. C. YEDRA, L. R., GONZÁLEZ-FLORES, M. P. Modelos parentales y su relación con la violencia en las parejas del mismo sexo. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 2, 2017.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis**, v. 17, n. 1, 2007.

SANTOS, C. V. M., GOMES, I. C. The L Word – Discussões em torno da parentalidade lésbica. **Psicol. cienc. prof.**, v. 36, n. 1, 2016.

STALEY, M., HUSSEY, W., ROE, K., HARCOURT, J. (Jay), ROE, K. In the Shadow of the Rainbow: Identifying and Addressing Health Disparities in the Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Population— a Research and Practice Challenge. **Health Promotion Practice**, v. 2, n. 3, 2001.

SOARES, M. A. O movimento LGBT. 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/09/o-movimento-lgbt/>>. Acesso em: 04 de novembro de 2018

SOARES, G. S.; COSTA, J. C. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Revista Labrys Estudos Feministas**, n. 20, 2011.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. spe, 2010.

TOLEDO, L. G., FILHO, F. S. T. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2010.

THORNE S., JENSEN L., KEARNEY M. H., NOBLIT G., SANDELOWSKI M. Qualitative Metasynthesis: Reflections on Methodological Orientation and Ideological Agenda. **Qualitative Health Research**, v. 14, n.10, 2004.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educ. Pesqui.**, v. 41, n. 3, 2015.

Recebido em dezembro de 2018

Aprovado em junho de 2019.